

Responsabilidade Social Universitária no Brasil: extensão, regulação e avaliação institucional

Marcondes Inácio da Silva

Resumo: No contexto de expansão, diversificação institucional e fortalecimento de dispositivos de avaliação, a responsabilidade social universitária (RSU) ganha centralidade como categoria analítica para discutir a função pública da educação superior. O objetivo geral do artigo consiste em analisar como a RSU vem sendo conceituada, institucionalizada e avaliada no Brasil, destacando tensões entre tradição universitária, políticas de extensão, normatização estatal e racionalidades mercadológicas. Justifica-se o estudo porque, enquanto a RSU pode ampliar vínculos com comunidades e qualificar o projeto acadêmico, também pode sofrer captura discursiva, convertendo-se em retórica de legitimidade. Formula-se a pergunta de pesquisa: de que modo a literatura descreve fundamentos, mediações institucionais e instrumentos de avaliação da RSU no ensino superior? Emprega-se metodologia qualitativa, de natureza bibliográfica, por meio de revisão narrativa com seleção de textos clássicos e contemporâneos e análise temática. Os resultados indicam três núcleos: (i) articulação entre missão universitária e extensão (Belloni, 1992; Bemvenuti, 2005); (ii) deslocamentos do conceito na gestão, entre tradição, regulação e usos instrumentais (Calderón, 2005; 2008); (iii) necessidade de indicadores coerentes com finalidades e impactos (Hellmann, 2009; Lohn, 2011; Nascimento, 2015). Observa-se, ainda, que a inserção da RSU em políticas avaliativas e em diretrizes de extensão amplia a exigência de planejamento e de transparência, sobretudo quando se pretende demonstrar efeitos formativos e sociais. Conclui-se que a RSU demanda integração entre ensino, pesquisa e extensão, governança participativa e avaliação alinhada ao desenvolvimento social, de modo a evitar reducionismos e a fortalecer a universidade como bem público.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Avaliação Institucional; Compromisso Público.



Recebido em: julho. 2025. Aceito em: novembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.739

**Travessias Científicas Contemporâneas:
Investigações, Práticas e Diálogos em Movimento**
Dezembro, 2025, v. 3, n. 33

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Responsabilidad Social Universitaria en Brasil: Extensión, regulación y evaluación institucional

Resumen: En el contexto de la expansión, la diversificación institucional y el fortalecimiento de los dispositivos de evaluación, la responsabilidad social universitaria (USW) adquiere centralidad como categoría analítica para debatir la función pública de la educación superior. El objetivo general de este artículo es analizar cómo se ha conceptualizado, institucionalizado y evaluado la USR en Brasil, destacando las tensiones entre la tradición universitaria, las políticas de extensión, la estandarización estatal y las racionalidades del mercado. El estudio está justificado porque, aunque la USR puede ampliar los vínculos con las comunidades y calificar el proyecto académico, también puede ser capturado discursivamente, convirtiéndose en una retórica de legitimidad. Se formula la pregunta de investigación: ¿cómo describe la literatura los fundamentos, las mediaciones institucionales y los instrumentos para evaluar la RSU en la educación superior? Se utiliza una metodología cualitativa de carácter bibliográfico, mediante una revisión narrativa con una selección de textos clásicos y contemporáneos y análisis temático. Los resultados indican tres núcleos: (i) articulación entre la misión universitaria y la extensión (Belloni, 1992; Bemvenuti, 2005); (ii) desplazamientos del concepto en la gestión, entre tradición, regulación y usos instrumentales (Calderón, 2005; 2008); (iii) la necesidad de indicadores consistentes con los propósitos e impactos (Hellmann, 2009; Lohn, 2011; Nascimento, 2015). También se observa que la inclusión de la RSU en políticas de evaluación y directrices de extensión aumenta la necesidad de planificación y transparencia, especialmente cuando se pretende demostrar efectos formativos y sociales. Se concluye que la USR exige integración entre docencia, investigación y extensión, gobernanza participativa y evaluación alineada con el desarrollo social, para evitar el reduccionismo y fortalecer la universidad como bien público.

Palabras clave: Extensión Universitaria; Evaluación Institucional; Compromiso Público.

University Social Responsibility in Brazil: Extension, Regulation and Institutional Evaluation

Abstract: In the context of expansion, institutional diversification and strengthening of evaluation devices, university social responsibility (USW) gains centrality as an analytical category to discuss the public function of higher education. The general objective of this article is to analyze how USR has been conceptualized, institutionalized and evaluated in Brazil, highlighting tensions between university tradition, extension policies, state standardization and market rationalities. The study is justified because, while USR can expand links with communities and qualify the academic project, it can also be discursively captured, becoming a rhetoric of legitimacy. The research question is formulated: how does the literature describe foundations, institutional mediations and instruments for evaluating USR in higher education? A qualitative methodology of a bibliographic nature is used, through a narrative review with a selection of classic and contemporary texts and thematic analysis. The results indicate three nuclei: (i) articulation between university mission and extension (Belloni, 1992; Bemvenuti, 2005); (ii) displacements of the concept in management, between tradition, regulation and instrumental uses (Calderón, 2005; 2008); (iii) the need for indicators consistent with purposes and impacts (Hellmann, 2009; Lohn, 2011; Nascimento, 2015). It is also observed that the insertion of USR in evaluation policies and extension guidelines increases the requirement for planning and transparency, especially when it is intended to demonstrate formative and social effects. It is concluded that USR demands integration between teaching, research and extension, participatory governance and evaluation aligned with social development, in order to avoid reductionism and strengthen the university as a public good.

Keywords: University Extension; Institutional Evaluation; Public Commitment.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a universidade brasileira passou a operar sob um conjunto de pressões simultâneas: expansão de matrículas, diversificação institucional, internacionalização seletiva e intensificação de dispositivos de avaliação. Nesse contexto, o debate sobre responsabilidade social universitária (RSU) atravessa a discussão acerca do sentido social do ensino superior e reabre a pergunta sobre a quem serve a produção de conhecimento, como se legitimam prioridades acadêmicas e quais compromissos se assumem com a vida coletiva. Como os fluxos de recursos, de reputação e de oportunidades permanecem desigualmente distribuídos, a RSU tende a funcionar como lente para examinar tanto políticas de acesso e permanência quanto escolhas curriculares, agendas de pesquisa e parcerias externas.

Além de tensionar a noção de autonomia, a RSU convoca a compreensão da universidade como instituição histórica, constituída por disputas entre projetos formativos, científicos e políticos, que se reorganizam conforme reformas legais e expectativas sociais. A Reforma Universitária de 1968, ao redefinir estruturas e funções, e a posterior consolidação de sistemas avaliativos no país, ao induzirem padrões de qualidade e prestação de contas, produziram condições para que a dimensão social se tornasse objeto de gestão, discurso e mensuração. Em paralelo, a ampliação do setor privado e a heterogeneidade de perfis institucionais intensificaram a necessidade de explicitar identidades, finalidades e responsabilidades, sobretudo quando diferentes públicos demandam transparência sobre impactos territoriais, ambientais e culturais. Nesse panorama, o próprio conceito de “qualidade” passa a incluir dimensões de responsabilidade, o que impõe às IES a tarefa de justificar escolhas e de tornar visíveis suas externalidades sociais.

A relevância do tema decorre de dois movimentos que não caminham, necessariamente, em harmonia. De um lado, consolidam-se iniciativas de extensão e de inclusão social que procuram institucionalizar interlocuções com territórios, movimentos e políticas públicas, aproximando a universidade de problemas concretos e favorecendo aprendizagens em contexto. De outro, observa-se a possibilidade de que a RSU seja mobilizada como linguagem de

reputação, deslocando o foco da transformação social para a comunicação institucional; por essa via, a análise crítica do conceito ajuda a distinguir compromisso público de mera conformidade normativa. Como a avaliação institucional tende a premiar evidências documentais, ações sociais podem ser descritas de modo celebrativo, sem que se investiguem efeitos, contradições e limites, o que torna pertinente reconstruir fundamentos e critérios antes de prescrever soluções.

Define-se como objetivo geral analisar a RSU no ensino superior brasileiro, mapeando fundamentos, processos de institucionalização e critérios de avaliação. Desdobram-se três objetivos específicos: (1) discutir a função social da universidade e a centralidade da extensão como mediação histórico-institucional; (2) examinar a RSU como desafio à gestão universitária, considerando disputas entre democratização, regulação estatal e estratégias de mercado; (3) sistematizar indicadores e marcos avaliativos que buscam operacionalizar a RSU, problematizando limites e possibilidades. Ao assumir esse recorte, o texto prioriza a RSU como eixo de governança e de intencionalidade formativa, compreendendo que a responsabilidade se concretiza quando decisões acadêmicas dialogam com direitos, com justiça social e com produção de conhecimento socialmente referenciada.

Para atender aos objetivos, o artigo organiza-se em três seções de desenvolvimento, seguidas de metodologia e considerações finais. A primeira seção reconstrói fundamentos históricos da universidade e da extensão, articulando missão institucional e compromisso com a comunidade, com ênfase em processos de institucionalização. A segunda seção aprofunda a RSU no âmbito da gestão e da regulação, enfatizando metamorfoses discursivas, efeitos de indução avaliativa e dilemas entre prestação de contas e sentido público. A terceira seção examina propostas de indicadores e experiências de avaliação, buscando critérios coerentes com qualidade social e com transparência sobre impactos. Em seguida, apresenta-se o delineamento metodológico da revisão bibliográfica e, ao final, sintetizam-se achados, limites e desdobramentos, respondendo à pergunta de pesquisa.

FUNDAMENTOS HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DA FUNÇÃO SOCIAL E DA EXTENSÃO

Quando a responsabilidade social universitária se coloca como referência, convém retomar a própria historicidade da instituição universitária e sua inscrição em disputas de hegemonia cultural. A universidade não surge como aparelho neutro; ao contrário, sua trajetória vincula-se ao controle social do saber, ao mesmo tempo que abre espaço para circulação de ideias e para invenção científica (Bohrer et al., 2008).

Na tradição moderna, a universidade se define por uma tensão produtiva entre formação de sujeitos, produção de conhecimento e interlocução com problemas públicos. Ao problematizar a função universitária, Belloni (1992) sugere que a legitimidade institucional depende da capacidade de articular ensino e pesquisa a demandas sociais, evitando o isolamento corporativo e o tecnicismo autocentrado.

Tal articulação ganha contornos específicos no Brasil, no qual a expansão do ensino superior conviveu com desigualdades regionais, seletividade no acesso e assimetrias de financiamento. Nesse cenário, a função social não se reduz a “serviço” periférico; ela orienta escolhas curriculares, prioridades de investigação e práticas de extensão, que podem reconfigurar a própria produção acadêmica.

A extensão universitária, nesse sentido, opera como mediação entre universidade e sociedade, traduzindo interesses coletivos em agendas de trabalho e devolvendo, sob forma de conhecimento situado, respostas a demandas emergentes. Bemvenuti (2005), ao reconstruir momentos históricos de institucionalização da extensão, indica que sua consolidação depende de normativas internas, de reconhecimento acadêmico e de disputas por recursos.

Ao lado desse percurso institucional, persistem debates sobre sentidos e riscos da extensão, sobretudo quando ela se organiza como transmissão unilateral. Freire (1992) tensiona o modelo extensionista entendido como “difusão” e propõe outra lógica, baseada em comunicação dialógica, na qual saberes populares e acadêmicos se confrontam e se transformam mutuamente.

Na mesma direção crítica, Gurgel (1986) adverte que a extensão pode assumir feições domesticadoras quando subordinada a práticas assistencialistas, sem problematização estrutural das condições que produzem desigualdades. A RSU, portanto, depende de extensão que não apenas execute ações, mas que opere como prática reflexiva, conectada a ensino e pesquisa.

Essa conexão exige dispositivos institucionais que reconheçam a extensão como trabalho acadêmico, com critérios de planejamento, acompanhamento e avaliação. O FORPROEX (2012) contribui ao formular diretrizes para uma política nacional de extensão, defendendo indissociabilidade entre funções universitárias e valorização de impactos formativos e sociais.

Quando a RSU se ancora na extensão, ela precisa ser compreendida como compromisso com o desenvolvimento da comunidade, e não como conjunto disperso de projetos. Berto (2011) delimita princípios e valores associados a esse compromisso, ressaltando participação social, ética e corresponsabilidade na definição de prioridades.

Em continuidade, Berto (2013) enfatiza que o desenvolvimento comunitário não se produz por decreto, mas por processos de diálogo que envolvem reconhecimento de demandas locais, continuidade de ações e capacidade de construir autonomia. Nessa perspectiva, a RSU demanda planejamento estratégico que respeite temporalidades sociais e evite intervenções episódicas.

Do ponto de vista da gestão acadêmica, a RSU exige compreender como ensino, pesquisa e extensão se articulam na vida institucional. Bolan e Motta (2007) discutem responsabilidade social no ensino superior como dimensão que atravessa políticas internas, cultura organizacional e relação com partes interessadas, incluindo estudantes, trabalhadores e comunidades.

A institucionalização da RSU, contudo, não acontece apenas por adesão voluntária; ela dialoga com marcos legais e com concepções de universidade presentes em políticas públicas. A Lei n.º 5.540 (Brasil, 1968), ao reorganizar o ensino superior, reconfigurou estruturas e abriu caminho para mudanças posteriores, que afetaram formas de governança e de prestação de contas.

Mais adiante, a Lei n.º 10.861 (Brasil, 2004), ao instituir o SINAES, incorporou a responsabilidade social como dimensão avaliativa, tensionando

instituições a explicitar políticas de inclusão, de extensão e de compromisso social. A RSU, assim, passa a integrar a linguagem da qualidade, com efeitos tanto indutores quanto ambíguos.

Calderón (2005) já sinalizava que a responsabilidade social impõe desafios à gestão universitária, porque demanda articular identidade institucional, sustentabilidade financeira e projeto social. Sob tal ótica, a RSU não se limita a cumprir exigências, mas convoca reflexão sobre finalidades e sobre accountability, entendida como prestação de contas com sentido público.

Ao considerar a RSU como orientação transversal, torna-se pertinente compreender que a extensão pode retroalimentar o currículo e a pesquisa, ao transformar problemas sociais em objetos de investigação e em situações formativas. Nessa chave, projetos extensionistas deixam de funcionar como apêndice e passam a operar como laboratório social, no qual estudantes aprendem a ler territórios e a negociar sentidos com coletivos diversos (Berto, 2013).

Nessa dinâmica, a política institucional importa tanto quanto a boa vontade individual, pois a RSU depende de regras de reconhecimento acadêmico, de critérios de acompanhamento e de espaços de participação. Ao propor diretrizes e princípios, o FORPROEX (2012) contribui para que a extensão adquira consistência programática, favorecendo continuidade e evitando a fragmentação de iniciativas que, embora bem-intencionadas, não se sustentam no tempo.

Como fechamento desta etapa, a primeira camada da RSU emerge quando a universidade assume a extensão como eixo estruturante, dialogando com a tradição crítica e com políticas nacionais. A partir dessa base, torna-se possível avançar para as disputas contemporâneas que reposicionam o conceito na gestão, na regulação e na comunicação institucional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA, GESTÃO E REGULAÇÃO: DILEMAS E METAMORFOSES

Quando a RSU migra do plano da missão institucional para o vocabulário da gestão, ela passa a atuar como categoria que organiza decisões,

comunicação e regulação. Calderón (2006) observa que o debate brasileiro se fortalece justamente ao delimitar conceitos, diferenciar filantropia de compromisso social e situar a universidade diante de demandas por transparência e por relevância pública.

Entretanto, ao mesmo tempo que o conceito se consolida, ele também se desloca. Calderón (2008) descreve uma passagem na qual a RSU, antes associada à tradição universitária e à indissociabilidade entre funções, passa a ser apropriada como estratégia de marketing e como linguagem de conformidade normativa. Nesse deslocamento, a retórica pode substituir a transformação social.

Para compreender esse movimento, convém considerar que a universidade se encontra atravessada por reformas do Estado, por políticas de avaliação e por reconfigurações do trabalho acadêmico. Chauí (2003) problematiza a universidade pública sob nova perspectiva, apontando riscos de instrumentalização gerencial que reduzem a instituição a prestadora de serviços, enfraquecendo sua densidade crítica e sua função pública.

Na mesma direção, Dias Sobrinho (2005) conecta educação superior, globalização e democratização, sugerindo que a universidade enfrenta o desafio de ampliar acesso sem abdicar de qualidade social. A RSU, nesse quadro, não se confunde com “responsabilidade” abstrata; ela demanda escolhas sobre quem se inclui, que conhecimentos se priorizam e como se distribuem benefícios simbólicos e materiais.

Os dispositivos de avaliação desempenham papel decisivo nessa reorganização. Durham (2005) discute a responsabilidade social das instituições de ensino superior no contexto de debates sobre qualidade, destacando que a avaliação pode induzir prestação de contas e ampliar visibilidade de ações sociais; contudo, sem critérios claros, há risco de transformar a RSU em checklist burocrático.

Tal ambivalência se torna mais evidente quando a RSU se relaciona ao SINAES e a seus instrumentos. Nesse ponto, a institucionalização da extensão e de políticas de inclusão, embora relevante, pode ser tratada como evidência superficial de compromisso, sem análise de processos, de continuidade e de

impacto. Assim, a governança universitária precisa articular planejamento, participação e avaliação que não se esgote na narrativa institucional.

Calderón, Pessanha e Soares (2007), ao discutirem a construção da extensão em instituições particulares, mostram que a RSU atravessa também o setor privado, no qual sustentabilidade financeira e reputação se combinam com pressões por legitimidade social. A análise sugere que o compromisso social pode coexistir com racionalidades de mercado, desde que haja parâmetros públicos e controle social.

Por outro lado, Corrêa (2003) insere a extensão no terreno da política institucional e da inclusão social, enfatizando que ações extensionistas podem operar como alavancas de democratização, sobretudo quando se orientam por direitos e por participação comunitária. Nessa perspectiva, a RSU não se define apenas por projetos, mas por uma política integrada que tensiona desigualdades.

A literatura também aponta que a RSU se beneficia de leituras críticas sobre a história e as reformas do ensino superior. Fávero (2006) reconstrói as origens da universidade no Brasil e o percurso até a reforma de 1968, destacando como arranjos institucionais e interesses políticos moldaram a universidade. Essa historicidade ajuda a compreender por que a RSU assume feições distintas em diferentes períodos.

Em âmbito internacional, a circulação de discursos globais influencia a forma como a RSU se apresenta localmente. Calderón, Pedro e Vargas (2011) analisam a metamorfose do discurso da UNESCO, indicando como enunciados sobre responsabilidade social podem ser reconfigurados, ora reforçando finalidades públicas, ora servindo à legitimidade institucional em contextos competitivos.

Essa reconfiguração também aparece em escolas de negócios e em currículos orientados à responsabilidade social corporativa. Gomez e Preciado (2013) descrevem tendências em escolas norte-americanas, apontando relações entre teoria e prática. O paralelo não implica equivalência, mas sugere que a RSU pode importar linguagens do mundo empresarial, o que exige crítica para evitar colonização do sentido universitário.

Quando tal crítica se organiza, ela precisa articular dimensões éticas e políticas, evitando que a RSU seja reduzida a “projeto social” desconectado de ensino e pesquisa. Freire (1992) e Gurgel (1986) oferecem chaves para sustentar a extensão como comunicação e como problematização, lembrando que o compromisso social nasce do diálogo e da leitura crítica da realidade.

Do ponto de vista da gestão, a inserção da RSU tende a produzir mudanças em estruturas decisórias, em políticas estudantis e em mecanismos de acompanhamento. Cruz e Passos (2010) enfatizam caminhos para o desenvolvimento humano, indicando que a responsabilidade social requer ações que favoreçam dignidade, inclusão e participação, sob pena de converter-se em ação compensatória sem transformação.

Além disso, o crescimento da produção científica sobre RSU permite observar tendências e lacunas. Calderón, Gomes e Borges (2016), ao mapearem a produção brasileira entre 1990 e 2011, identificam temas recorrentes e áreas pouco exploradas, apontando necessidade de estudos empíricos e de maior precisão conceitual para orientar políticas e avaliação.

Com base nesse conjunto, a segunda seção sustenta que a RSU, ao entrar na gramática da avaliação e da gestão, ganha potencial indutor, mas também se expõe à captura discursiva. O desafio consiste em produzir governança universitária que, sem abdicar de prestação de contas, mantenha finalidades públicas e participação social como critérios de legitimidade.

AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

Quando a RSU se converte em objeto de avaliação, emerge um problema metodológico clássico: como transformar valores e finalidades públicas em indicadores sem reduzir a complexidade do compromisso universitário. Hellmann (2009) propõe indicadores voltados a instituições de ensino superior, sugerindo que a mensuração deve contemplar políticas de inclusão, impacto comunitário, ética institucional e transparência.

Em diálogo, Lohn (2011) apresenta uma proposta de indicadores de responsabilidade social para IES, enfatizando que a avaliação precisa combinar

dimensões quantitativas e qualitativas, sob pena de privilegiar apenas o que se registra facilmente. Assim, ao medir alcance de projetos ou número de atendimentos, torna-se necessário interpretar sentidos, continuidade e qualidade das interações estabelecidas.

Experiências latino-americanas fornecem elementos para compreender possibilidades de inovação. Jara, Fontecilla e Troncoso (2006) descrevem uma experiência considerada inovadora na América Latina, na qual a responsabilidade universitária envolve aprendizagem-serviço, participação social e reorganização curricular, demonstrando que avaliação pode funcionar como ferramenta de aperfeiçoamento institucional, e não apenas como controle externo.

Além das iniciativas locais, debates internacionais sobre economia do conhecimento também reposicionam expectativas em torno da universidade. Mohamedbhai (2011) argumenta que, em economias baseadas em conhecimento, a responsabilidade social se associa à produção de inovação socialmente relevante e ao enfrentamento de desigualdades, indicando que RSU demanda tanto excelência acadêmica quanto compromisso público explícito.

Nesse campo, torna-se útil uma estrutura conceitual que ajude a comparar instituições e a sistematizar dimensões avaliativas. Lo et al. (2017) discutem a responsabilidade social universitária e apresentam um arcabouço de avaliação, no qual governança, práticas institucionais e resultados sociais compõem um conjunto articulado. Tal perspectiva contribui para evitar avaliações fragmentadas e para sustentar coerência interna.

Apesar disso, a avaliação da educação superior não ocorre em vazio político; ela se vincula a processos de reforma e de padronização, frequentemente transnacionais. Lima, Azevedo e Catani (2008) analisam o Processo de Bolonha e suas relações com avaliação, discutindo efeitos de harmonização e de racionalização. O paralelo brasileiro sugere que indicadores podem induzir convergências que nem sempre respeitam diversidade institucional.

Ao lado dessas tensões, a reflexão sobre a universidade como instituição pública orienta escolhas avaliativas. Macedo (2005) discute o papel da universidade, destacando que a formação de cidadania e a produção de

conhecimento comprometido com o bem comum precisam orientar a vida acadêmica. Quando a RSU se ancora nessa concepção, indicadores devem observar não apenas produtos, mas processos formativos e éticos.

Nessa mesma trilha, Mazzilli (2011) discute reconfigurações de ensino, pesquisa e extensão em tempos de redemocratização, sugerindo que a indissociabilidade requer arranjos institucionais que favoreçam projetos interdisciplinares e práticas de extensão integradas. A RSU, portanto, depende de condições organizacionais: carga de trabalho, reconhecimento e financiamento, elementos que também deveriam integrar a avaliação.

Para operacionalizar avaliação, alguns estudos produzem índices específicos. Nascimento (2014) apresenta um índice de responsabilidade social universitária, propondo metodologia de avaliação institucional que busca integrar dimensões sociais e acadêmicas. O mérito dessa abordagem reside em oferecer comparabilidade; contudo, ela exige cautela para não transformar o índice em finalidade em si, deslocando o debate ético para a competição por pontuações.

Na sequência, Nascimento et al. (2015) apresentam metodologia para avaliar a responsabilidade social de universidades públicas, defendendo combinação de indicadores e de procedimentos participativos. A proposta evidencia que a RSU não se reduz a dados administrativos; ela requer escuta de comunidades, análise de políticas de permanência e interpretação de impactos sobre territórios e grupos sociais.

Estudos de caso ajudam a observar como a RSU se materializa em práticas e em narrativas institucionais. Melo (2011), ao analisar ações de RSU em uma região do Alto Vale do Itajaí, identifica iniciativas diversas, ressaltando potencialidades e limites. A leitura sugere que indicadores precisam captar, além do volume de ações, sua aderência a necessidades locais e sua capacidade de produzir autonomia.

Além de dimensões instrumentais, a RSU convoca uma visão complexa de sociedade e de futuro. Morin (2013) propõe uma via para o futuro da humanidade fundada em interdependência e responsabilidade compartilhada, o que aproxima a RSU de uma ética da complexidade. Nesse registro, avaliar responsabilidade social implica observar como a universidade lida com incertezas, riscos e dilemas morais.

Em termos práticos, um conjunto mínimo de dimensões avaliativas tende a se repetir: políticas de acesso e permanência; extensão e aprendizagem em contexto; impacto social da pesquisa; governança e transparência; sustentabilidade ambiental; e condições de trabalho e formação de docentes e técnicos. A utilidade dessa tipologia consiste em orientar diagnósticos, desde que se evite padronização que ignore identidades institucionais.

Para reduzir esse risco, recomenda-se que a avaliação inclua mecanismos de validação social, com devolutivas públicas e com participação de sujeitos impactados pelas ações universitárias. Nessa direção, frameworks de avaliação tendem a ganhar consistência quando combinam autoavaliação, auditorias internas e escuta territorial, produzindo evidências que sustentem decisões e reorientem prioridades (Hellmann, 2009; Lo et al., 2017).

Portanto, a terceira seção sustenta que indicadores e modelos de avaliação podem fortalecer a RSU quando funcionam como instrumentos de autoanálise e de pactuação pública. Quando operam apenas como mecanismo de ranqueamento, entretanto, correm o risco de reificar números e esvaziar o debate sobre finalidades, convertendo responsabilidade em performance.

METODOLOGIA

O estudo adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, organizada como revisão narrativa com procedimentos explicitados de busca, seleção e análise. Conforme Almeida (2017) e Ferrer e Dias (2023), a revisão de literatura, quando delineada em etapas, amplia transparência e delimita o alcance das inferências. Considerando tipologias discutidas por Casarin et al. (2020), optou-se por revisão narrativa, adequada à reconstrução conceitual e histórico-institucional da RSU, articulando produções clássicas, documentos normativos e estudos recentes.

A estratégia de levantamento combinou descritores em português e inglês (responsabilidade social universitária; extensão universitária; avaliação da educação superior; indicadores; university social responsibility) e consultas a bases e repositórios acadêmicos (SciELO, Portal de Periódicos CAPES, repositórios institucionais e Google Scholar), complementadas por busca manual

em listas de referências de textos centrais. Para organizar o processo, tomou-se como referência o método SSF, que estrutura busca, seleção e filtragem, com registro das razões de inclusão e exclusão (Ferenhof; Fernandes, 2016). Incluíram-se textos com pertinência direta ao tema e disponibilidade integral; excluíram-se duplicatas e materiais sem densidade acadêmica.

A análise do corpus ocorreu por leitura exploratória, codificação temática e síntese interpretativa, com agrupamento de achados em três eixos: (i) fundamentos da função social e da extensão; (ii) RSU na gestão, na regulação e na comunicação institucional; (iii) avaliação por indicadores, índices e frameworks. A triangulação ocorreu no nível das perspectivas teóricas, cotejando autores, leis e propostas avaliativas, a fim de identificar convergências, controvérsias e lacunas. Por se tratar de pesquisa com fontes públicas, não se aplicam procedimentos de campo; ainda assim, observou-se cuidado de fidelidade de citação e preservação do sentido dos argumentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomar a responsabilidade social universitária como categoria de análise permite compreender que o compromisso público da educação superior não se limita a declarar valores; ele se concretiza quando a universidade define prioridades acadêmicas em diálogo com direitos, com necessidades territoriais e com participação social. A pergunta de pesquisa orientou a leitura da literatura para identificar fundamentos, mediações institucionais e instrumentos avaliativos que sustentam a RSU no Brasil.

No atendimento ao primeiro objetivo específico, a revisão mostrou que a RSU se ancora na discussão sobre função social da universidade e na extensão como mediação privilegiada. Ao reconstruir trajetórias de institucionalização, a literatura indica que a extensão, quando integrada a ensino e pesquisa e quando organizada por políticas internas consistentes, amplia aprendizagens em contexto e sustenta vínculos contínuos com comunidades, evitando práticas episódicas.

Além disso, autores críticos lembram que a extensão, quando estruturada como transmissão unilateral, pode reproduzir assimetrias e produzir assistência

sem emancipação. Por isso, a RSU demanda comunicação dialógica, produção compartilhada de sentidos e disposição para revisar agendas acadêmicas, reconhecendo conflitos e expectativas.

No que se refere ao segundo objetivo específico, a análise evidenciou que a RSU, ao entrar na gramática da gestão, passa a conviver com ambivalências. Dispositivos avaliativos e pressões competitivas podem induzir transparência e ampliar visibilidade de ações sociais; entretanto, podem também favorecer captura discursiva, na qual “responsabilidade” funciona como recurso reputacional, deslocando o foco de processos e impactos para a performance institucional.

Tal deslocamento se intensifica quando discursos globais e modelos empresariais permeiam estratégias institucionais, reconfigurando a RSU como diferencial de mercado. A literatura brasileira sugere que o debate ganha consistência quando delimita critérios públicos, diferencia compromisso social de filantropia e preserva densidade crítica.

Quanto ao terceiro objetivo específico, o levantamento de propostas de indicadores e de índices revelou potencialidades e limites. Indicadores podem orientar autoavaliação, planejamento e prestação de contas, desde que combinem métricas quantitativas com evidências qualitativas e incluam validação social. Quando se convertem em ranking, entretanto, tendem a reificar números e a invisibilizar processos formativos, éticos e políticos.

Assim, ao responder à pergunta de pesquisa, o artigo sustenta que a literatura descreve a RSU como articulação entre missão universitária, políticas de extensão e mecanismos de avaliação, atravessada por disputas entre democratização, regulação e mercado. As mediações institucionais decisivas envolvem governança participativa, reconhecimento acadêmico da extensão, políticas de inclusão e permanência, e transparência sobre impactos e externalidades.

Entre os limites do estudo, registra-se o recorte bibliográfico, que não permite inferir implementações concretas em instituições específicas, nem captar variações regionais em profundidade. Como desdobramento, recomenda-se ampliar pesquisas empíricas com estudos de caso e escuta de comunidades, confrontando discursos institucionais com efeitos observáveis.

Por fim, a RSU pode operar como bússola para reorientar o projeto universitário, desde que se mantenha ancorada em finalidades públicas e em avaliação crítica. A universidade fortalece sua legitimidade social quando integra ensino, pesquisa e extensão, assume responsabilidade ética na produção de conhecimento e constrói pactos com a sociedade que permitam aprender com a realidade, e não apenas falar sobre ela.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maurício B. **Noções básicas sobre metodologia de pesquisa científica**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. In: **Coletânea CBE Universidade e Educação**. Campinas, SP: Papirus; CEDES, 1992.

BEMVENUTI, Vera Lucia Schneider. Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização. **Vivências**, Erechim, RS, v. 1, n. 1, p. 18-26, out. 2005.

BERTO, Angela Barros Fonseca. Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. **Perspectiva Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 2, p. 23-31, 2011.

BERTO, Angela Barros Fonseca. Responsabilidade social universitária: princípios e valores em prol do desenvolvimento da comunidade. **Perspectiva Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 3, n. 6, p. 16-25, 2013.

BOHRER, Iza N. et al. A história das universidades: o despertar do conhecimento. In: Jornada Nacional De Educação: a educação na sociedade dos meios virtuais, 14., 2008, Santa Maria. **Anais eletrônicos...** Santa Maria: UNIFRA, 2008.

BOLAN, Valmor; MOTTA, Márcia Vieira da. Responsabilidade social no ensino superior. **SARE**: Sistema Anhanguera de Revistas Eletrônicas, Valinhos, SP, v. 10, n. 10, p. 204-210, 2007.

BRASIL. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 1968.

BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social: desafios à gestão universitária. **Estudos**: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior, Brasília, DF, v. 23, n. 34, p. 13-27, 2005.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social universitária: contribuições para o fortalecimento do debate no Brasil. **Estudos**: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior, Brasília, DF, v. 24, n. 36, p. 8-22, 2006.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Responsabilidade social da educação superior: da tradição universitária à estratégia de marketing e normatização estatal. **Diálogos**, Brasília, DF, v. 9, p. 45-50, 2008.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GOMES, Cleber Fernando; BORGES, Regilson Maciel. Responsabilidade social da educação superior: mapeamento e tendências temáticas da produção científica brasileira (1990-2011). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 66, p. 653-679, 2016.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PEDRO, Rodrigo Fornalski; VARGAS, Maria Caroline. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface**: Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, SP, v. 15, n. 39, p. 1185-1198, out./dez. 2011.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PESSANHA, Jorge; SOARES, Vera L. **Educação superior**: construindo a extensão nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2007.

CASARIN, Sidnéia Tessmer et al. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health. **Journal of Nursing and Health**, v. 10, n. 5, 2020. DOI: 10.15210/jonah.v10i5.19924.

CHAUÍ, Marilena de S. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, n. 24, p. 1-11, 2003.

CORRÊA, Edson José. Extensão universitária, política institucional e inclusão social. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, Chapecó, v. 1, n. 1, p. 12-15, jul. 2003.

CRUZ, Rosilene Maria; PASSOS, Elizabete S. Inserção da responsabilidade social nas IES: caminhos para o desenvolvimento humano. In: ROCHA, N. M. F.; RABELO, P. F. R. (org.). **Educação, desenvolvimento humano e responsabilidade social: fazendo recortes na multidisciplinaridade**. Salvador: Fast Design, 2010. p. 117-137.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 10, n. 28, p. 164-173, 2005.

DURHAM, Eunice. A responsabilidade social das instituições de ensino superior. **Estudos**: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior, Brasília, DF, v. 23, n. 34, p. 59-61, 2005.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba, PR, n. 28, p. 17-36, 2006.

FERENHOF, Helio Aisenberg; FERNANDES, Roberto Fabiano. **Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SSF**. Revista ACB, v. 21, n. 3, p. 550-563, 2016.

FERRER, Walkiria Martinez Heinrich; DIAS, Jefferson Aparecido. **Manual prático de metodologia da pesquisa científica: noções básicas**. Marília: Unimar, 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política nacional de extensão universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOMEZ, Lina M.; PRECIADO, Lucely Vargas. CSR trends in the top 100 US business schools: A theory practice relationship. In: CROWTHER, David (ed.). **Education and corporate social responsibility: international perspectives**. Bingley, UK: Emerald Group Publishing Limited, 2013.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação**. São Paulo: Cortez, 1986.

HELLMANN, Gilmar José. Indicadores para avaliar a responsabilidade social nas instituições de ensino superior. **Revista da FAE**, Curitiba, PR, v. 12, n. 2, 2009.

JARA, Mónica Jiménez de la; FONTECILLA, José Manuel De F.; TRONCOSO, Catalina Delpiano. Responsabilidade universitária: uma experiência inovadora na América Latina. **Estudos: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior**, Brasília, DF, v. 24, n. 36, p. 57-73, 2006.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, 2008.

LO, Carlos Wing-Hung et al. University social responsibility: conceptualization and an assessment framework. In: SHEK, Daniel T. L.; HOLLISTER, Roberto M. **University social responsibility and quality of life: a global survey of concepts and experiences**. Singapore: Springer, 2017. p. 37-59.

LOHN, Vanderléia Martins. Indicadores de responsabilidade social: uma proposta para as instituições de ensino superior. **Revista GUAL**, Florianópolis, SC, v. 4, n. 1, p. 110-128, jan./abr. 2011.

MACEDO, Arthur Roquete de. O papel da universidade. **Estudos**: Revista da Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior, Brasília, DF, v. 23, n. 34, 2005.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **RBPAE**, Porto Alegre, RS, v. 27, n. 2, p. 205-221, maio/ago. 2011.

MELO, Edson de. **Responsabilidade social em IES**: uma análise das ações na região do Alto Vale do Itajaí, SC, Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

MOHAMEDBHAI, Goolam. Social responsibility of universities in a knowledge-based economy. In: **International Conference And Exhibition On Higher Education**, 2., 2011, Riyadh. Anais... Riyadh, 2011.

MORIN, Edgar. **A via**: para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NASCIMENTO, J. M. L. do. **Índice de responsabilidade social da universidade**: uma metodologia de avaliação institucional. 2014. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Campina Grande, 2014.

NASCIMENTO, J. M. L. do et al. Metodologia para avaliar a responsabilidade social das universidades públicas. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 20, n. 3, p. 685-702, nov. 2015.